

Autonomia Estratégica ou Alinhamento Ideológico? As escolhas do Brasil numa arena multipolar após a eleição presidencial de 2026

Objetivo da intervenção

Refletir sobre os desafios que se colocam à política externa brasileira num contexto internacional marcado pela crescente rivalidade entre os Estados Unidos e a China, pela fragmentação da ordem liberal internacional e pela consolidação de uma estrutura de poder cada vez mais multipolar.

Pergunta de investigação

Sendo o Brasil uma potência intermédia com interesses globais e relações profundas com diferentes centros de poder, qual deverá ser a sua estratégia internacional após as eleições presidenciais de 2026?

Argumento central

O principal desafio da política externa brasileira não consiste em escolher entre os Estados Unidos, a China ou a União Europeia; a verdadeira questão reside na capacidade de o Brasil preservar a sua autonomia estratégica, mantendo simultaneamente relações com diferentes polos de poder (mesmo que estes sejam antagonistas) num contexto internacional cada vez mais complexo. Por isso, o debate sobre política externa no Brasil tem que ser entendido não tanto como uma escolha entre blocos geopolíticos rivais, mas sim como uma reflexão sobre a capacidade de o Brasil conseguir e poder definir os seus próprios interesses nacionais.

A tradição da política externa brasileira

Historicamente, a política externa brasileira assentou em alguns princípios relativamente estáveis:

- ✓ Defesa da soberania nacional;
- ✓ Não-intervenção nos assuntos internos de outros Estados;
- ✓ Resolução pacífica de conflitos;
- ✓ Multilateralismo;
- ✓ Diversificação de parcerias internacionais;
- ✓ Autonomia estratégica

Estes princípios permitiram ao Brasil desenvolver uma atuação internacional frequentemente associada à condição de potência intermédia, procurando maximizar a sua influência através da diplomacia, da cooperação internacional e da participação em instituições multilaterais.

Ao contrário das grandes potências, o Brasil não dispõe dos recursos militares necessários para moldar a ordem internacional. A sua influência é fruto da sua dimensão económica, demográfica, territorial e diplomática.

Bolsonaro e Lula: duas visões da inserção internacional do Brasil

A presidência de Jair Bolsonaro representou uma rutura significativa com vários elementos da tradição diplomática brasileira.

Entre 2019 e 2022 verificou-se:

- ✓ Aproximação política e ideológica aos Estados Unidos de Donald Trump;
- ✓ Retórica crítica em relação ao multilateralismo;
- ✓ Distanciamento de algumas organizações internacionais;
- ✓ Menor protagonismo em temas ambientais e climáticos;
- ✓ Reconfiguração das prioridades diplomáticas tradicionais

Em sentido inverso, o regresso de Lula da Silva ao poder procurou recuperar vários elementos históricos da política externa brasileira:

- ✓ Reforço do multilateralismo;
- ✓ Reaproximação de organismos internacionais;
- ✓ Valorização dos BRICS;
- ✓ Recuperação da ideia de autonomia estratégica;
- ✓ Diversificação das relações internacionais

Importa notar que ambas as abordagens suscitam críticas. Enquanto Bolsonaro foi frequentemente acusado de promover um alinhamento excessivo com Washington, Lula é regularmente acusado de demonstrar excessiva proximidade relativamente à China.

O triângulo estratégico: Estados Unidos, China e União Europeia

A posição internacional do Brasil é atualmente condicionada pela relação simultânea com três polos fundamentais.

China

- ✓ Principal parceiro comercial do Brasil;
- ✓ Principal destino das exportações brasileiras;
- ✓ Forte presença nos setores energético, tecnológico e infraestrutural

A relação comercial sino-brasileira ultrapassa os 170 mil milhões de dólares anuais, valor comparável à totalidade do comércio externo português.

Estados Unidos

- ✓ Principal fonte de investimento estrangeiro;
- ✓ Parceiro fundamental em tecnologia e inovação;
- ✓ Relevância política, militar e cultural.

União Europeia

- ✓ Parceiro económico e institucional de primeira ordem;
- ✓ Papel central em matérias ambientais;
- ✓ Importância crescente do acordo União Europeia-Mercosul

A principal conclusão é que o Brasil necessita dos três parceiros. A ideia de uma escolha exclusiva entre Washington, Pequim ou Bruxelas constitui um falso dilema.

As eleições presidenciais de 2026

As eleições presidenciais de 2026 poderão ter consequências significativas para a projeção internacional do Brasil.

O cenário mais provável continua a ser uma disputa altamente polarizada entre Lula da Silva e Flávio Bolsonaro.

Uma eventual vitória de Lula tenderá a significar:

- ✓ Continuidade da estratégia atual;
- ✓ Reforço dos BRICS;
- ✓ Defesa do multilateralismo;
- ✓ Manutenção de uma posição de equilíbrio entre Estados Unidos e China

Uma eventual vitória de Flávio Bolsonaro poderá traduzir-se em:

- ✓ Reaproximação política aos Estados Unidos;
- ✓ Maior distância relativamente aos BRICS;
- ✓ Reconfiguração das relações com a China (?);
- ✓ Política externa mais próxima da tradição bolsonarista

Contudo, o principal problema poderá não residir em nenhum destes cenários isoladamente, mas antes na volatilidade produzida pela alternância entre projetos internacionais profundamente distintos.

Polarização doméstica e projeção internacional

A crescente polarização na política brasileira constitui um dos principais fatores de incerteza para a política externa do país.

A alternância entre orientações internacionais muito diferentes gera:

- ✓ Menor previsibilidade diplomática;
- ✓ Redução da confiança dos parceiros externos;
- ✓ Maior cautela por parte dos investidores internacionais;
- ✓ Dificuldade na construção de estratégias de longo prazo

Num sistema internacional cada vez mais competitivo, a estabilidade estratégica pode revelar-se tão importante quanto as próprias opções de política externa.

Reflexão final

A questão mais importante não é saber se o Brasil deve aproximar-se mais ou menos dos Estados Unidos, da China ou da União Europeia.

A questão verdadeiramente decisiva é outra:

Quem quer o Brasil ser no plano internacional?

Enquanto potência intermédia, o Brasil dispõe de recursos, dimensão e capacidade diplomática suficientes para desempenhar um papel relevante numa ordem internacional cada vez mais multipolar.

A sua capacidade de preservar autonomia estratégica, evitar alinhamentos automáticos e transformar recursos em desenvolvimento poderá determinar (1) o futuro da sua política externa e (2) o lugar que ocupará no sistema internacional ao longo das próximas décadas.